

Brasil



CRIME EM SÃO PAULO

PM e filha são mortos em assalto

Agente estava de folga e tentou impedir ação de bandos em farmácia



Fiscalização. Sede de Aprender foi criada pelo Ministério Público de Alagoas e, em parceria com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa, visita escolas para testar a água, propor soluções e cobrar medidas

AULAS SECAS

Censo Escolar: mais de 1,2 milhão de alunos não têm acesso a água potável

BRUNO ALIANO

bruno.aliano@globo.com

Na Terra da Liberdade, uma área quilombola de Cametá, no Pará, os alunos da escola municipal Bom Fim precisam voltar em casa para matar a sede, e os professores pegam garrafinhas na vizinhança para compensar as torneiras secas. A situação não é isolada: o Censo Escolar, divulgado na última quinta-feira pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), registrou quase 1,2 milhão de estudantes matriculados em 7,7 mil colégios sem acesso a água potável no país. Essa quantidade de alunos é similar, por exemplo, aos matriculados nas escolas — públicas e privadas somadas — da cidade do Rio.

—A Bom Fim tem um poço

que não funciona. Outras escolas do território até têm água, mas não é tratada. Às vezes tem um produto químico para jogar, mas é muito esporadicamente — diz Manoel Lindino, representante quilombola no Conselho Municipal de Educação de Cametá.

Só no Pará são 198 mil nesta situação. Estados do Sul e Sudeste também possuem escolas sem água limpa para beber, como o Rio Grande do Sul (60 mil), o Rio de Janeiro (41 mil) e São Paulo (24 mil).

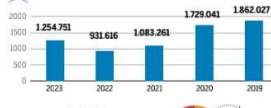
Esses colégios sem água potável estão majoritariamente nas zonas rurais (74%), e quase um terço fica em área indígena ou quilombola. O Censo Escolar também mostrou que há mais de 90 mil alunos estudando em escolas sem luz elétrica, a maior parte (93%) também localizada no campo. Especialistas apontam que essa predominância se dá, en-

tre outros motivos, por fatores geográficos. Colégios do campo e em comunidades tradicionais costumam ficar em regiões afastadas, de difícil acesso. Quase cem mil desses alunos, por exemplo, estudam em escolas abastecidas pela água do rio sem nenhum tipo de tratamento. No entanto, a má qualidade da gestão escolar e da rede também são responsabilizadas pelo cenário.

— São escolas afastadas, carentes de infraestrutura, mas também de apoio técnico na direção, que muitas vezes precisa atuar com professores também, quantos das secretarias — afirma Rodrigo Siqueira de Oliveira, pesquisador na Escola Nacional de Administração Pública (Enap). — Isso significa que muitas vezes as escolas não conseguem nem constituir um CNPJ para receber o recurso do ministério. Oliveira, em sua dissertação

SEDE NA ESCOLA

ALUNOS EM UNIDADES SEM ÁGUA POTÁVEL



Em 2023, 7,7 mil escolas não tinham água potável. 5,7 mil em área rural e 2 mil em área urbana.

LOCALIZAÇÃO DE ALGUMAS DESSAS:



Fonte: Censo Escolar

de mestrado, analisou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Águas e Esgotamento Sanitário, um instrumento do Ministério da Educação (MEC) para induzir a solução do problema, que é de responsabilidade direta de estados e municípios. De acordo com a pasta, em 2023 foram pagos R\$ 39,4 milhões a 1.441 escolas pelo programa. No final do ano passado, outras 2,1 mil foram selecionadas para receber o recurso em 2024. Serão mais R\$ 56 milhões.

BAHIA ALEGRA ERRO

De acordo com o Censo, o número de alunos em escolas sem água potável era menor em 2022, de 931 mil. A diferença de um ano para o outro se deu pela inclusão de 661 escolas da rede estadual da Bahia, com 430 mil alunos, na lista das que não têm recursos hídricos adequados. Procurado, o governo estadual da Bahia alegou que houve erro de registro da Secretaria de Educação tanto no momento de envio dos dados ao Inep quanto no da checagem que o estado deveria ter feito. Por isso, informou que vai requisitar uma retificação no Censo Escolar, o que precisará ser feito através de um pedido judicial.

Presidente da Frente Parlamentar de Educação, Rafael Brito (MDB-AL) conta que às vezes a solução é simples, como a compra de um filtro industrial de R\$ 18 mil. Em outubro do ano passado, ele realizou uma audiência pública para debater o problema da falta de água potável nas escolas. — Estamos trabalhando num Marco Legal do Saneamento das Escolas para definir requisitos mínimos, com uma política de governança para a fiscalização de tribunais de conta e MP — afirmou.

Entre os convidados da audiência pública estava o promotor do Ministério Público de Alagoas Lucas Sachida, responsável pelo programa Sede de Aprender. Essa é uma iniciativa do MP do estado com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa. Desde o seu início, em 2021, o número de escolas sem água potável em Alagoas caiu de 115 para 49.

— Os órgãos de controle e da área ambiental vão às escolas e analisam a qualidade da água. Confirmada a falta de potabilidade, os gestores são instados a adotar as medidas cabíveis. — afirmou Cezar Miola, presidente da Atricon, no lançamento do programa.

ANTÔNIO GOIS



antonio.gois@globo.com

Boas e más notícias do Censo

Os dados do Censo Escolar de 2023, divulgados pelo MEC na quinta-feira passada, mostram que vários indicadores estruturantes estão se recuperando e voltando ao patamar pré-pandemia. Isso é bom e, ao mesmo tempo, ruim.

Para um melhor diagnóstico dos impactos da pandemia, é importante olhar não

apenas para a variação a curto prazo, mas, principalmente, para a tendência observada em séries históricas. Por exemplo, um dos dados mais positivos que o Censo Escolar nos trouxe foi o crescimento das matrículas em creches e pré-escolas, os setores mais afetados pela pandemia.

No caso das creches, depois de uma queda entre 2019 e 2021, o setor voltou a se recuperar e chegou a um recorde de 4,1 milhões de matrículas, superior ao patamar pré-Covid, de 3,8 milhões em 2019. A notícia é boa, mas nem tanto. Se analisada num contexto mais amplo, o crescimento recente é ainda insuficiente para retomar a trajetória anterior. Entre 2015 e 2019, as matrículas em creche cresciam a uma média de 5% ao ano. Se esse ritmo fosse mantido entre 2019 e 2023, teríamos ao redor de 4,5 milhões de matrículas hoje. Considerando que continuamos longe da meta do PNE, de 50% de crianças de 0 a 3 em creches (o último dado, de 2022, indicava 37%), há muito a ser feito.

A série histórica das pré-escolas conta história muito semelhante, com a diferença

que, nesta etapa, considerada já de matrícula obrigatória, o percentual de atendimento da população de 4 e 5 anos é maior (92% em 2022).

Nos ensinos fundamental e médio, o impacto da Covid não pareceu tão significativo em termos de matrículas. O fundamental seguiu sua trajetória de redução lenta ano a ano, causada sobretudo pela redução dos nascimentos, e o ensino médio permanece estagnado, um dado negativo, considerando que é a etapa hoje de maior evasão.

O que houve de mais atípico no fundamental e no médio foi o comportamento das taxas de aprovação na pandemia. A proporção de estudantes aprovados crescia de forma lenta, mas contínua. Com a Covid-19, esses indicadores deram um salto positivo, mas artificial, pois foi resultado da orientação do Conselho Nacio-

nal de Educação para que as redes evitassem ao máximo repetir alunos, considerando, acertadamente, que eles não tiveram as condições mínimas de aprendizagem no contexto do fechamento das escolas.

Em 2022, no entanto, praticamente voltamos aos patamares de reprovação e abandono anteriores à pandemia. A taxa de insucesso (reprovações + abandonos) foi de 4% no primeiro ciclo do fundamental, 8% no segundo ciclo e 13% no médio. Isso é muito preocupante, pois, apesar de serem muito melhores do que já foram no passado, são ainda indicadores que nos afastam do patamar de nações desenvolvidas.

Houve um momento no debate público educacional em que a crítica às altas taxas de repetência era entendida, equivocadamente, como uma defesa da aprovação a qualquer custo. Nas duas últimas décadas, porém, várias redes de ensino demonstraram que era possível conciliar redução significativa da reprovação e do abandono com melhoria da aprendizagem. Esse é o caminho que não podemos perder de vista.